

VULNERABILIDADES JUVENIS E PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE COVID-19 E ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Data de aceite: 01/03/2024

Antônia Viviane Silva

Universidade Estadual do Ceará (UECE),
graduanda em Serviço Social/bolsista IC-
FUNCAP

Leila Maria Passos de Souza Bezerra

Universidade Estadual do Ceará (UECE),
doutorado/pós-doutorado

RESUMO: O artigo em tela versa sobre as situações de vulnerabilidades socioeconômicas, de saúde e de acesso à internet vivenciadas por jovens discentes de graduação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Campus Itapery, em Fortaleza-CE, sob os impactos da pandemia de COVID-19 e do ensino remoto implementado nessa instituição nos anos 2020-2021. Para tanto, optou-se pela abordagem metodológica qualitativa, com aporte de dados quantitativos secundários e primários. Realizou-se pesquisas bibliográfica, documental e de campo *on-line*, com aplicação de formulário eletrônico junto a jovens universitários/as, regularmente matriculados no período supracitado. Os resultados indicaram o adensamento das situações interseccionadas de vulnerabilidades juvenis e para a ênfase em

estratégias individualizadas e/ou grupais adotadas pelos (as) interlocutores (as) para garantir suas permanências universitárias nesse contexto. Saliencia-se ainda as frágeis iniciativas promovidas pela UECE, em especial diante da crescente demanda de estudantes em situação de vulnerabilidades socioeconômicas, adensadas em tempos pandêmicos, em intersecção com as desigualdades e opressões raciais e de gênero que atravessam as vidas de jovens universitários/universitárias inscritos nas margens urbanas.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes; Pandemia e Vulnerabilidades; Educação Superior e Permanência Universitária.

ABSTRACT: The article on screen is about the situations of socioeconomic, health and internet access vulnerabilities experienced by young undergraduate students at the State University of Ceará (UECE), Campus Itapery, in Fortaleza-CE, under the impacts of the COVID-19 pandemic. 19 and remote teaching implemented at this institution in the years 2020-2021. To this end, a qualitative methodological approach was chosen, with the input of secondary and primary quantitative data. Bibliographical, documentary and field research was carried

out online, using an electronic form with young university students, regularly enrolled in the aforementioned period. The results indicated the intensification of intersecting situations of youth vulnerabilities and the emphasis on individualized and/or group strategies adopted by the interlocutors to guarantee their university stays in this context. It is also worth highlighting the fragile initiatives promoted by UECE, especially given the growing demand from students in situations of socioeconomic vulnerability, heightened in pandemic times, at the intersection of racial and gender inequalities and oppression that permeate the lives of young university students. inscribed on urban margins.

KEYWORDS: Youth; Pandemic and Vulnerabilities; Higher Education and University Permanence.

INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre as situações de vulnerabilidades socioeconômicas, de saúde e de acesso a recursos digitais vivenciadas por jovens “periféricos”, em condição de pobreza pluridimensional (BEZERRA, 2015), discentes de graduação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Campus Itapery, em Fortaleza-CE, nos anos 2020-2021. Consiste em recorte dos achados teórico-empíricos da pesquisa acadêmica intitulada **VULNERABILIDADES JUVENIS E SUAS ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA EM CONTEXTO DE COVID-19**. Aprovada na chamada pública nº 14/2020, referente ao Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (ICT), da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), realizada no âmbito da UECE. Período de implementação do ensino remoto emergencial (ERE) nesta universidade pública, em consonância com as demais instituições de ensino básico e superior no Brasil, respaldada nas recomendações sanitárias da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Devido às medidas de segurança sanitária voltadas a reduzir/controlar a proliferação do coronavírus, dentre as quais se destaca o isolamento/distanciamento social, realizou-se pesquisa social *on-line*, de abordagem qualitativa, com aporte de dados quantitativos primários e secundários. Desta feita, somada às pesquisas bibliográfica e documental, o trabalho de campo ocorreu virtualmente, com uso de formulário eletrônico – com perguntas abertas e fechadas – aplicado junto a jovens discentes de cursos de graduação da UECE, Campus Itapery, na capital cearense, mediante uso do Google Forms.

A pesquisa social em tela justifica-se em contexto pandêmico, pois, conforme declarado pela OMS, em 2020, as distintas desigualdades existentes nos países e entre segmentos sociais desprovidos dos recursos mínimos para (sobre)viver foram potencializadas. De fato, tal pandemia, segundo apontou o Jornal El País, “impactou em cheio e de forma simultânea todos os elementos da existência com os quais o desenvolvimento humano é medido: a saúde, a educação e a renda das pessoas” (EL PAÍS, 21/05/2020), a provocar e/ou aprofundar retrocessos sociais globais. Em 2020, a expectativa de vida não aumentou conforme anteriormente ocorria, afirmou notícia do G1 (2020). Nessa direção, a notícia intitulada “Desenvolvimento humano

cai pela primeira vez desde 1990 em meio à pandemia de coronavírus” salientou que “os mais pobres pagarão” (EL PAÍS, 21/05/2021), a indicar a perspectiva de crescimento das desigualdades sociais nos países e entre os grupos já pauperizados, com especial atenção às juventudes das margens urbanas brasileiras.

Ao observar os impactos sociais dessa pandemia no Brasil, cabe especial ênfase à educação que, conforme enunciou a pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus (2021), de iniciativa do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) em parceria com outras organizações não governamentais, presenciou um aumento do número de jovens sem estudar, a atingir o total de 36%. Percentual relativo a 68 mil jovens alcançados na pesquisa realizada em todos os estados brasileiros. Em termos da qualidade das aulas de crianças e adolescentes que se mantiveram em ensino remoto durante a pandemia, o chefe de educação da Unicef Brasil, Ítalo Dutra, enunciou: “A grande questão é entender a qualidade com que essa frequência de atividades tem sido realizada” (EL PAÍS, 25/08/2020).

Ao considerar os processos de agudização das expressões da questão social brasileira em tempos de pandemia de COVID-19 no país, buscou-se compreender e analisar as situações de vulnerabilidades juvenis vivenciadas por jovens discentes de graduação da UECE, bem como as estratégias de permanência universitária construídas e/ou adotadas por tais sujeitos (as/ es) em 2020 e 2021, diante da adoção do trabalho e do ensino remoto nessa instituição pública de ensino superior (IES). Tornou-se imprescindível identificar e analisar os impactos dessa pandemia e de suas práticas correlatas de segurança sanitária na vida dos (as/es) jovens universitários (as/es) da UECE, com foco naqueles (as) em situação de pobreza multidimensional e inscritos nas margens urbanas cearenses, para os quais a permanência universitária configura-se em um desafio cotidiano mesmo antes da pandemia, a prolongar-se após seu término.

Vislumbrou-se apreender as condições de vulnerabilidades socioeconômicas, de saúde (física e mental) e de acesso aos recursos/tecnologias virtuais experienciadas por jovens discentes ditos “periféricos”¹, a considerar os desafios e as estratégias adotadas para garantirem suas permanências universitárias nesse contexto peculiar. Nesse percurso investigativo *on-line*, utilizou-se do formulário eletrônico, encaminhado via e-mail institucional, WhatsApp e disponibilizado nas redes sociais do Grupo de Estudos e Pesquisas Margens, Culturas e Epistemologias Dissidentes (MARGENS)², no decurso de 01/02 a 31/03 de 2021, para estudantes dos cursos de graduação do campus Itaperi, com matrículas ativas no semestre 2021.1. Obteve-se um total de 107 (cento e sete) formulários respondidos. A maioria dos (as/es) respondentes eram discentes do curso de Serviço Social (diurno e noturno).

1 Segundo Lacaz, Lima e Heckert (2015), a dimensão periférica é pensada como uma condição de construção de outras existências, além da já impregnadas no imaginário social que seria de exclusão. Nas palavras dos autores é: “A dimensão do periférico [...] não se refere, portanto, ao modo como a periferia vem sendo tratada, ou seja, como exclusão. Aludimos, sim, à possibilidade de constituir, numa condição periférica, forças de invenção de outros modos de existência que efetuem embates com os modos de vida dominantes.” (p. 59)

2 Grupo de pesquisa institucionalizado e certificado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e inscrito no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Para conhecer mais acesse: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4617445050893288.

Cabe salientar a envergadura social das situações pluridimensionais e interseccionais (COLLIS, 2017) das vulnerabilidades juvenis, adensadas e complexificadas com a pandemia de COVID-19, em contexto de desconstrução do Estado de direito e das políticas públicas sociais no Brasil então governado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), com seus impactos na vida das juventudes periféricas ora discentes da UECE.

AGUDIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19 NO BRASIL E AS VULNERABILIDADES JUVENIS (IM)POSTAS

Problematizando as situações de vulnerabilidades enfrentadas pelas juventudes “periféricas” na universidade pública

A pandemia de COVID-19 intensificou a condição de pobreza pluridimensional, a expor desigualdades estruturais tais como fome, desemprego, marginalização, precarização e superexploração do trabalho, bem mais visíveis e agudizadas, a caracterizar uma crise humanitária avassaladora e ceifadora de vidas. No Brasil, o quadro social torna-se mais agravante ao considerar-se a sua formação sócio-histórica alicerçada tanto no patriarcado, como na escravidão da população negra, nos persistentes racismo e machismo/sexismo, que discriminam/incriminam, violentam e matam seguimentos preferenciais, a vivenciar intensamente as desigualdades sociorraciais e de gênero. Por essas dimensões interseccionais, grande parte da sua população já se encontrava submetida à negação constante de condições mínimas de sobrevivência, em especial no decurso do processo de contrarreforma do Estado brasileiro em desconstrução do seu sistema de proteção social. Ou seja, os tempos pandêmicos adensaram as ameaças às suas existências e implicaram em milhões de adoecimentos e de mortes, com especial recorrência entre as classes subalternas.

Dentre essa população em luta constante para (sobre)viver, encontram-se as juventudes periféricas universitárias que, mesmo com as precariedades do ensino básico, chegam à universidade, a ganhar reforço com a política de ações afirmativas, mais conhecida como a Lei 12.711/2012, a “Lei de Cotas”. No entanto, se o acesso se tornou uma conquista, as condições de permanência universitária ainda são um desafio cotidiano, a considerar suas incipientes e insuficientes configurações para atender às demandas postas e materializar um ensino superior de qualidade para todos (as/es). A essas juventudes não é possível a regalia de “só estudar”, pois obrigadas, por necessidade socioeconômica de, em concomitância, trabalhar, somada à busca de superação dos racismos estrutural e institucional, persistentes nas dinâmicas universitárias.

Nesse contexto de desconstrução de direitos, esse segmento populacional, em específico, sentiu seu direito negado e/ou restrito quando ocorreu a adesão ao ensino remoto nas universidades. Segundo a pesquisa Tecnologias de Informação e Comunicação

nos Domicílios Brasileiros, a TIC Domicílio 2019, aferiu que: 59% das casas brasileiras das classes D e E³ não tinha acesso à internet e, dentre as que acessam essa tecnologia, 85% tinha apenas o celular como dispositivo de uso (Jornal Estadão Expresso, 20 de julho de 2021).

A realidade (im)posta aos jovens discentes da UECE, não difere do retratado pela pesquisa acima. A própria universidade, em seu site oficial de 26 de novembro de 2019, trouxe a seguinte manchete: “Maioria dos estudantes da UECE são oriundos de Escolas Públicas”. Mesmo com tal constatação expressa publicamente no ano anterior à deflagração da pandemia de COVID-19, esta informação não era alheia à universidade, a instituição aderiu ao ensino e ao trabalho remotos, a seguir o direcionamento adotado por outras instituições de ensino - públicas e privadas, superior e básico. Contudo, sem garantir, de pronto, os recursos mínimos para seus discentes, com ênfase naqueles (as) reconhecidos (as) em condição de pobreza pluridimensional, tais como o acesso à internet e os aparatos tecnológicos – computadores, tablets, chips de pacote de internet – para fins de garantia do acesso às aulas *on-line*.

Vale destacar que os chips, com pacotes de dados advindos da política estadual viabilizadora de acesso à internet, só foram entregues aos discentes após dois semestres e meio de aulas remotas, no segundo semestre de 2021. Até então, os (as) estudantes em condição de pobreza pluridimensional (ditos “cotistas” e “não-cotistas”) permaneceram esse período sem nenhuma garantia de acesso digital para viabilização de participarem das aulas *on-line*, a contar, exclusivamente, com as suas próprias estratégias para permanência na universidade. É fato que as bolsas específicas de permanência universitária – à época correspondentes ao valor bruto de R\$ 400,00 reais – continuaram a ser garantidas a discentes já inseridos (as/es) na principal ação institucional da UECE neste campo, a saber: o Programa de Bolsas Estudantis e de Permanência Universitária (PBPEU). Todavia, em contexto agudizado de desigualdades socioeconômicas, com crescimento acelerado do desemprego, da pobreza e da fome – parecia aquém das necessidades postas, embora absolutamente indispensável enquanto iniciativa institucional da UECE voltada à permanência universitária.

De fato, os impactos da pandemia de COVID-19 sentidos por segmentos socialmente vulnerabilizados ampliaram-se em escalas de maiores proporções estruturais e conjunturais, a tornar as estratégias de (sobre)vivências e de permanência universitária muito mais complexas nesses tempos pandêmicos, conforme foi possível identificar nesta pesquisa realizada junto a universitários da UECE.

3 Conforme a Fundação Getúlio Vargas Social, os grupos D e E são as famílias que (sobre)vivem com menos de um salário mínimo até dois salários mínimos. Conferir: <https://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes>.

Sobre as situações de vulnerabilidades juvenis na Universidade Estadual do Ceará em tempos pandêmicos

Realizados os devidos recortes para essa exposição, discute-se, neste item, o perfil socioeconômico, de saúde e de acessibilidade digital dos (as/ es) jovens universitários (as/ es) da UECE, Campus do Itaperi, em Fortaleza-Ceará.

No eixo perfil socioeconômico, ao considerar o total dos 107 (cento e sete) formulários eletrônicos respondidos por discentes da UECE, em relação a sexo/gênero, identificou-se 81,3% feminino, 17,8% masculino e 0,9% autodeclarados não-binários. Em termos das faixas etárias, a maioria era constituída por jovens (85,1%), a considerar o intervalo de 15 a 29 anos indicado pelo Estatuto da Juventude (2013), conforme ora exposto: 17 a 20 anos perfizeram 15,9%; de 21 a 25 anos foram 58,9%; de 26 a 29 anos 10,3%; de 30 a 40 anos 11,2%; de 41 anos ou mais 3,7%. Com relação à autodeclaração de raça/cor, registrou-se a prevalência de negros (as/ es), com total de 63,5%, relativos à soma de 46,7% de pardos e 16,8% de pretos; e ainda 33,6% de brancos (as) e 2,9% correspondente a asiática, não declarada e “*preto, branco e índio, ao mesmo tempo*”.

O maior percentual, 74,8%, equivalia aos residentes na capital; 12,1% moravam na Região Metropolitana de Fortaleza e 13,1% no interior do Ceará. Quando se manifestaram sobre a realização do ensino médio, 58,9% relataram ter estudado totalmente em escolas públicas; 38,3% exclusivamente em escolas particulares; 1,9% cursaram parcialmente em escolas particulares e 0,9% estudaram com bolsas em escolas particulares. Com enfoque na relação estudo-trabalho à época da pesquisa, 51,4% não estava trabalhando, 23,4% estava trabalhando informalmente e 19,6% trabalhavam formalmente, perfazendo o total de 44% de estudantes trabalhadores (as). Registrou-se ainda 5,6% em situação de estágio remunerado, pensionista, dona de casa (sem remuneração) e desemprego atribuído à crise econômica potencializada com a COVID-19.

No caso daqueles em situação de trabalho (formal e/ou informal) e de estágio remunerado, os valores da renda foram: 12,1% inferior ou igual a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo (s.m); 15% superior ou igual a 1 salário mínimo; e 15,9% igual a 1 salário mínimo. A renda familiar per capita também se manteve baixa, a saber: 34,6% igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ de s.m; 22,4% igual a 1 s.m; e 30,8% acima de 1 até 2 s.m; perfazendo um total de 87,8% dos 107 (100%) respondentes incluídos na dita “baixa renda” e, por conseguinte, aptos ao acesso às bolsas, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), do Programa de Bolsas de Estudo e Permanência Universitária (PBEP), uma das ações de Assistência Estudantil garantidas pela UECE.

Em referência aos impactos da pandemia nas suas vidas, relataram a onda ascendente de desemprego e, em consequência, a queda da renda familiar, com o crescente aumento dos preços e gastos, especialmente com energia elétrica, água, produtos alimentícios e o acréscimo da internet para garantir acesso/permanência na universidade. Os (as/ es)

respondentes apontaram tais condições como potencializadoras de conflitos na convivência familiar, bem como afirmaram a recorrência de, segundo seus próprios termos, sofrimentos psíquicos e/ou transtornos mentais, com enfoque na ansiedade e na depressão, adensados durante a pandemia. Estudantes relataram ainda que foram obrigados (as) a trabalhar para complementar a renda familiar ou, em alguns casos, até assumir a provisão das despesas familiares.

Muitas respostas qualitativas demonstraram elevada insatisfação com o (des) governo federal em termos das políticas públicas sociais, com cortes orçamentários, sobretudo na educação, na assistência social e na saúde, a contribuir com o avanço das situações de vulnerabilidades socioeconômicas evidenciadas durante a pandemia.

O primeiro eixo, a delinear o perfil dos (as/ es) discentes e das condições socioeconômicas de suas famílias, enunciam que os/as/es jovens respondentes da pesquisa possuem raça, gênero e classe social a serem reconhecidos e considerados também nas elaborações de políticas públicas a estes destinadas. Em sua maioria declararam-se do sexo feminino, negras e originários da classe trabalhadora/classes subalternas. Suas respostas deixam entrever que “sentem em suas peles, nos bolsos e na saúde mental” os efeitos deletérios da pandemia somados à desproteção social em escala ascendente em tempos de governo “bolsonarismo” (2019-2022). Ao pensar neste grupo de estudantes, a enfrentar interseccionadas situações de vulnerabilidades e opressões, importa salientar um conjunto de não “devir”⁴ (LACAZ; LIMA; HECKERT; 2015) que os atravessa e estrutura.

Jovens socialmente classificados “pobres”, em acepção socioeconômica e político cultural à brasileira. Bezerra (2015) interpreta criticamente as múltiplas definições de pobreza no Brasil contemporâneo, em especial desnaturalizar as classificações/ nomeações estigmatizantes que designam quem são estes a receber a desqualificação social de “pobre” e morador das margens urbanas (as ditas “periferias”), ainda vigentes no imaginário brasileiro. A citada autora avança em sua interpretação crítica ao enunciar:

[...] configura-se o peso sociocultural de uma tríplice “desqualificação social” inscrita nestas nomeações contemporâneas para designar moradores de “periferias” brasileiras: ser identificado como pobre vulnerável e/ou em risco social, comumente considerado como “esse povo pobre que só anda atrás das coisas do governo”, dependente e incômodo; residir em território de pobreza considerado violento-perigoso, que imprime uma insígnia simbólica negativa e estigmatizante aos seus residentes; tornar-se público preferencial de uma ambígua gestão territorial da pobreza urbana, esboçada entre a garantia precária de assistência social e a reiterada vigilância-punição destes segmentos socialmente classificados “pobres da periferia” (BEZERRA, 2015, p. 300).

4 Pode ser entendido o devir na perspectiva dos/das Lacaz, Lima e Heckert (2015), como um “devir-mulher, devir-criança, devir-periferia seriam focos de liberdade potencializadores de processos de singularização da vida, no sentido de empreender deslocamentos dos estratos representativos que formam nossa sociedade, que podem ou não compor a cada um de nós, que podem ou não compor esses jovens”.

Diante do contexto de negação de direitos, chega-se em uma exigência analítica, e não mera abstração, que as juventudes das/nas margens, e não só esse grupo, mas a população empobrecida no Brasil, encontram-se com seus direitos humanos e fundamentais violados cotidianamente. Para além da dimensão socioeconômica, existem as opressões entre os gêneros e as desigualdades raciais, a apontar o fator racial como definidor dos lugares e condições sociais no país. Aspectos estruturantes e estruturais da formação sócio-histórica brasileira, reiteradas nas práticas e no imaginário contemporâneos, a exigir análise crítica e interseccional entre classe, gênero e raça, para fins da garantia de direitos e reconhecimento de cidadania capaz de respeitar diferenças e garantir igualdade e equidade neste país.

No eixo saúde, os aspectos psicológicos/emocionais e físicos se sobressaíram nas respostas dos (as/es) interlocutores (as) desta pesquisa, a apontar os impactos do lockdown e do isolamento/distanciamento social/quarentena, que paralisaram atividades e serviços essenciais e não essenciais, decretados em fases distintas da pandemia de COVID-19. A maioria dos (as/es) respondentes afirmaram não fazer parte de grupo de risco associado à COVID-19, um total de 84,1%. Em contrapartida, 65,4% residiam com alguém do grupo de risco; 96,3% tiveram alguém próximo infectado pela Covid-19; 43,9% perderam alguém próximo em decorrência do vírus. Cabe salientar o enfoque na própria saúde mental, a saber: 58,9% avaliaram como ruim ou péssima e 43% declararam vivenciar sofrimentos psíquicos ou transtornos mentais agravados na pandemia, com destaque para ansiedade e depressão.

Nesse eixo, pode-se entrever que a saúde mental dos (as) interlocutores (as) ficou “comprometida” neste período pandêmico, conforme expressaram em suas respostas às questões abertas, a apontar fatores preponderantes de desestabilização de suas rotinas, quais sejam: sair para trabalhar, mas com medo da contaminação do coronavírus, pela necessidade de se ter dinheiro para as necessidades básicas; o distanciamento de familiares e amigos (as/es); a falta de recursos tecnológicos para participar das aulas *on-line*, além da adaptação e conciliação do ensino remoto com os afazeres domésticos, cuidados com a família, o trabalho, os adoecimentos de familiares, amigos e deles (as) próprias acometidos de COVID-19; o sentimento de luto vivenciado por quem perdeu entes queridos. Aspectos melhor aprofundados a partir da segunda fase da pesquisa realizada em 2022-2023, cujos achados não serão possíveis explicitar neste artigo.

Pode-se apontar que, para essas juventudes “periféricas”, a medida de segurança sanitária “Fique em casa!”, por norma, não lhes era possível diante das urgências de trabalho e de cuidados com os seus familiares. A recomendação de higienizar as mãos com sabão e gel também pareceu difícil cumprir, pois até água potável faltava para beber e a busca por saciar a fome, para muitos residentes nas margens urbanas, gritava mais alto, antes de pensar no coronavírus. Ainda em meio ao vírus que mata, chegava a segurança armada do Estado, e em nome de *manter a ordem*, assassina a juventude dentro dos seus territórios, dentro de suas casas, segundo alguns respondentes fizeram questão de

enunciar em suas respostas. Pode-se dizer que existem outras pandemias cotidianas, vivenciadas nos territórios periféricos, a serem melhor observadas e consideradas. Essas “outras pandemias” cotidianas parecem fazer parte de um projeto político de morte, e que o governo federal enalteceu, nestes anos de pandemia de COVID-19, a face necrobiopolítica (MBEMBE, 2008; BENTO, 2021) do Estado brasileiro, com armas político-ideológicas e reais apontadas contra os socialmente (des)classificados como desnecessários, inúteis para o poderio hegemônico neoliberal e ultraconservador. E, mesmo, transformados em “corpos matáveis” inscritos às margens do Estado protetivo e submetidos à face evidenciada do Estado penal-punitivo (BEZERRA, 2015) na versão brasileira.

Há um reconhecimento, por parte de significativos intelectuais brasileiros, do quanto é mais desafiante, para as juventudes “pobre, negra e periférica”, terem seus direitos garantidos/materializados em suas existências cotidianas. Em especial porque existem determinações sociais estruturantes que inviabilizam determinados grupos e classe sociais a possuírem o direito fundamental de ser/existir, e, por conseguinte, de usufruírem de direitos socioeconômicos básicos. Pode-se perceber melhor essas determinações aqui no Estado do Ceará, na realidade exposta pela nota técnica 02/2021, do Comitê de Prevenção e Combate à Violência, da Assembleia Legislativa do Ceará, construída em parceria com o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente no Ceará (Cedeca/CE), que fazem o monitoramento dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no Ceará. Nesta nota, destaca-se que, apesar da redução da mortalidade de adolescentes e jovens, ainda são assassinados um por dia neste estado, conforme apontado na citação abaixo:

A vitimização de adolescentes deu um salto em 2014 e se mantém alta desde então, com um total de 5.585 meninas e meninos de 10 a 19 anos mortos no estado, entre 2014 e junho de 2021, de acordo com dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). Mesmo com uma redução de 35,45% em relação ao mesmo período do ano passado, os seis primeiros meses de 2021 tiveram o registro de 264 adolescentes assassinados, mais de um por dia - precisamente, 1,4 homicídio nesse grupo etário, em média. (p.1)

Nessa imensa complexidade de ser e existir das juventudes, com ênfase das inscritas nas margens urbanas, Dayrell ressalta:

[...] existem várias maneiras de se construir como sujeito, e uma delas se refere aos contextos de desumanização, nos quais o ser humano é “proibido de ser”, privado de desenvolver as suas potencialidades, de viver plenamente a sua condição humana [...]. **A dificuldade ainda é maior quando o outro é “jovem, preto e pobre”, essa tríade que acompanha muitos dos jovens como uma maldição.** (DAYRELL, 2003, p.44. Grifo das autoras).

No terceiro eixo da pesquisa em foco, relativo ao ensino remoto emergencial e à acessibilidade digital, a relembrar o perfil socioeconômico anteriormente explicitado dos (as) participantes, foram muitos os limites de permanência universitária nesses tempos pandêmicos, conforme enunciaram: 69,2% usavam Wi-Fi para acesso à internet; e 81,3% não consideram viável o ensino remoto, porque a universidade não disponibilizou,

em tempo hábil, as condições infra estruturais necessárias para esse tipo de atividade. Principalmente porque discentes que mais precisavam dos recursos tecnológicos, não possuíam as condições mínimas para acessar as aulas remotas. Assim, 80,4% afirmaram ter suas aulas comprometidas por barulhos externos e 88,8% por falhas na conexão da internet; 94,4% responderam acessar aulas pelo celular; 47,7% compartilhavam o uso do aparelho com outras pessoas da família ou terceiros; 88% sinalizaram que não houve um aprendizado satisfatório durante o ensino remoto; e 64,5% não tinham acesso a nenhuma política de assistência estudantil durante esse tempo pandêmico.

Ao observar as ditas vantagens da globalização, com o avanço da tecnologia entrelaçada à internacionalização capitalista, enfatiza-se o quanto propiciou maior proximidade e interligação virtual, rápido compartilhamento de informações, de momentos e interações, a encurtar distâncias geográficas e reconfigurar tempo e espaço. Porém, junto a este lado, tem-se a outra face deste processo contraditório e desigual do desenvolvimento e mundialização do modo de vida capitalista: cresceram, proporcionalmente, ou até mesmo em maior escala, as desigualdades sociais e a pobreza. É nessa contradição. A considerar as particularidades brasileiras, que se dá o ***não acesso à educação para todos***, a contrariar o artigo 205, da Constituição Federal de 1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

No contexto pandêmico, esse direito à educação foi ainda mais violado para os grupos em situação de precariedade da existência e negação de direitos, que já possuíam várias dificuldades para o acessarem, permanecerem e concluírem seus cursos no ensino superior. As juventudes “periféricas”, ao chegarem no ensino superior, encontram desafios similares aos vivenciados no ensino básico (fundamental e médio), acrescidas dos resquícios reiterados do elitismo da universidade em entrecruzamentos com os racismos estrutural e institucional presentes na vida brasileira. Imagina só se as políticas públicas de acesso e permanência ao ensino superior público deixarem de existir neste país? As juventudes das periferias seriam ainda mais socialmente excluídas e invisibilizadas, porque estariam menores as suas possibilidades de ascensão social e transformação de suas trajetórias, a reforçar a precarização de suas existências e a criminalização enquanto horizonte a estas (im)posto.

Conforme a pesquisa “Juventudes, Educação e Trabalho: Impactos da Pandemia nos Nem-Nem”, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social, 2020), a população entre 15 a 29 anos cresceu no percentual “nem-nem”, jovens brasileiros que estão fora do mercado de trabalho e das instituições educacionais. Tais dados indicam o impacto da pandemia na vida das juventudes, com foco nas “periféricas”, fazendo crescer as condições de vulnerabilidades sociais e o não acesso aos seus direitos, aproximando-se, tomadas as devidas diferenciações e abrangências, dos resultados obtidos na pesquisa em foco, a considerar os recortes feitos para fins deste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma dessas conquistas no campo da educação, a ser garantida por sua tamanha importância, enquanto uma das ações de enfrentamento e reparação histórica face à escravização da população negra e, desta feita, à negação de seus direitos/reconhecimento/igualdade e equidade sociorraciais no Brasil, diz respeito às políticas de ações afirmativas, dentre as quais cabe salientar a política de cotas sociais e cotas raciais no ensino superior. Conquista histórica de movimentos sociais, a focar as lutas do Movimento Negro Unificado (MNU), que vem oportunizando às juventudes de “baixa renda” e estudantes oriundos de escolas públicas, o ingresso nas universidades, o acesso ao ensino superior. No entanto, o desafio de garantir a permanência universitária destes jovens discentes e a conclusão do ciclo formativo da graduação permanece no horizonte cotidiano das instituições de ensino superior e de todos os atores sociais envolvidos neste campo. Segundo afirmam Andrade, Santos e Cavaignac (2019), não basta só restringir o ensino superior à política de inserção, mas necessita relacionar e ampliar a discussão nos seguintes termos: “a permanência dos estudantes (pobres) nos cursos de graduação presenciais, tendo em vista a necessidade de provimento de suas condições materiais e imateriais, por meio da assistência estudantil.” (p. 07).

Ao abordar o assunto de acesso à universidade pública, importa destacar também a importância da Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, que oportunizou a jovens “periféricos”, ribeirinhas, quilombolas acessar o ensino superior. Afinal, a considerar o perfil prevalente de jovens que acessam o ensino superior – pertencentes à classe trabalhadora, em condição de pobreza e negros/as/es (pardos e pretos), aqui considerando a especificidade dos dados desta pesquisa, o conceito de interseccionalidade – enquanto ferramenta teórica e política nos termos de Collins (2017) – parece fecundo para o campo das políticas públicas, em termos de sua formulação, implementação e avaliação. Aqui, portanto, salienta-se que o debate crítico acerca do racismo estrutural (ALMEIDA, 2021) e do racismo institucional, bem como a perspectiva de construção-materialização de projetos de formação profissional antirracista no âmbito universitário, faz-se significativo e urgente. E reafirma a pauta da igualdade racial e das ações afirmativas nos campos do debate público e da política. Para Madeira (2020), a política de igualdade racial, no Brasil, vem das raízes das lutas do movimento negro. O Estado brasileiro é, institucionalmente, “construído como mecanismo para manutenção de um capitalismo dependente, para concentração de riqueza e com base em um racismo estrutural.” (MADEIRA, 2020, p.148-149). Para esta autora, as políticas de ações afirmativas são formas de garantir acesso a direitos sociais e ampliar a participação da população marginalizada aos espaços sociais de ascensão social. Como expressão dessa realidade, aqui no Ceará, foi aprovada a Lei nº 16.197/2017, a garantir a implantação do sistema de cotas nas universidades estaduais.

As políticas de acesso à universidade têm dado perspectivas para as juventudes do ensino médio em escolas públicas, que desejam continuar estudando, na ousadia de sonhar com o ingresso na universidade. Traçar estratégias para garantir, além do acesso, a permanência no ensino superior de qualidade, público, gratuito e democrático é desafio e luta constante para que a educação seja, de fato, prioridade e direito materializado. Reforça-se, desta feita, a exigência de fortalecer e ampliar quantitativa e qualitativamente as políticas de acesso e permanência universitária, de maneira a garantir a completude do ciclo formativo destes jovens, resguardando uma formação profissional pública, de qualidade, pluriversal e antirracista.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos; CAVAINAC, Mônica Duarte. Ingresso e permanência no ensino superior: a assistência estudantil em debate. In: ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos; CAVAINAC, Mônica Duarte (Org.). **Educação em debate**: reflexões sobre ensino superior, educação profissional e assistência estudantil. Fortaleza: EdUECE, 2016.

COMO a covid-19 prejudica o acesso da periferia às universidades. **ESTADÃO EXPRESO**. Rio de Janeiro, 20 jul. 2021. Disponível em: <https://expresso.estadao.com.br/naperifa/covid-19-prejudica-o-acesso-da-periferia-as-universidades/> Acesso em: 24 abr. 2022.

BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza. **Pobreza e lugar (es) nas margens urbanas**: lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. 2015. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/16654>. Acesso em: 6 mar. 2021.

_____. **PROJETO DE PESQUISA. VULNERABILIDADES JUVENIS E SUAS ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA EM CONTEXTO DE COVID-19**: narrativas de jovens periféricos discentes da Universidade Estadual do Ceará. Sub Projeto – **DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADES JUVENIS DE JOVENS PERIFÉRICOS DISCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ EM TEMPOS DE PANDEMIA**. Fortaleza-CE, Universidade Estadual do Ceará, 2020.

BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza; SILVA, Antonia Viviane. **RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA – DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADES JUVENIS DE JOVENS “PERIFÉRICOS” DISCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ EM TEMPOS DE PANDEMIA**. Fortaleza-CE, Universidade Estadual do Ceará, 2021.

BRASIL perde cinco posições no ranking mundial de IDH, apesar de uma leve melhora do índice. **G1**, Fortaleza, 15 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/12/15/brasil-perde-cinco-posicoes-no-ranking-mundial-de-idh.ghtml> Acesso em: 22 jun. 2021.

CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS - FGV. **Juventudes, Educação e Trabalho**: Impactos da Pandemia nos Nem-Nem. Disponível em: <https://cps.fgv.br/pesquisas/juventudes-educacao-e-trabalho-impactos-da-pandemia-nos-nem-nem>. Acesso em: 9 Ago. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução?** Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Parágrafo. Jan/Jun, 2017. V. 5, nº1, 2017.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. CADA VIDA IMPORTA **Apesar de redução, mais de um adolescente assassinado por dia no Ceará no ano do 31º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente.** Fortaleza, Ceará: [s. n.], 2021.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

DESENVOLVIMENTO humano cai pela primeira vez desde 1990 em meio à pandemia de coronavírus. **EL PAÍS**, Madri, 21 mai. 2020.

ÍNDICE de Desenvolvimento Humano 2020 revela como o planeta sustenta os países mais ricos **EL PAÍS**, Espanha, 15 dez. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedad/2020-12-15/indice-de-desenvolvimento-humano-2020-revela-como-o-planeta-sustenta-os-paises-mais-ricos.html> Acesso em: 22 jun.2021.

LACAZ, A. S.; LIMA, S. M.; HECKERT, A. L. C. Juventudes periféricas: arte e resistências no contemporâneo. **Psicologia Social**. v. 27, n.1, Belo Horizonte, jan./abr. 2015. p. 58-67.

MADEIRA, Maria Zelma de A. Política de igualdade racial na realidade cearense. Revista **EM PAUTA**, Rio de Janeiro. 1o Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 148 – 164.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.